



Transcrição da Teleconferência  
Resultados de 2010  
11 de abril de 2011

**Operador:**

Bom dia e obrigado por aguardarem. Sejam bem-vindos à teleconferência da CESP para a discussão dos resultados referentes ao 4T e do ano de 2010. Estão presentes a Presidência da CESP, a Diretoria e assessores.

Informamos que este evento está sendo gravado e que todos os participantes estarão apenas ouvindo a teleconferência durante a apresentação da Companhia, e, em seguida, iniciaremos a sessão de perguntas e respostas para analistas e investidores, e logo após atenderemos perguntas da imprensa, quando mais instruções serão fornecidas. Caso algum dos senhores necessite de assistência durante a teleconferência, queira, por favor, solicitar a ajuda de um operador, digitando \*0.

Este evento também está sendo transmitido simultaneamente pela Internet, via *webcast*, podendo ser acessado no endereço <http://ri.cesp.com.br>, onde se encontra a respectiva apresentação. A seleção dos slides será controlada pelos senhores.

Gostaríamos de informar que esta teleconferência está sendo simultaneamente traduzida para o inglês a fim de atender aos investidores estrangeiros da Companhia. Informamos que os participantes que estão ouvindo o evento em inglês também poderão fazer perguntas durante a sessão de perguntas e respostas.

O replay deste evento estará disponível algumas horas após o encerramento.

Antes de prosseguir, gostaríamos de esclarecer que eventuais declarações que possam ser feitas durante esta teleconferência, relativas às perspectivas de negócios da CESP, projeções e metas operacionais e financeiras, constituem-se em crenças e premissas da diretoria da Companhia, bem como em informações atualmente disponíveis. Considerações futuras não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. Investidores devem compreender que condições econômicas gerais, condições da indústria e outros fatores operacionais podem afetar o desempenho futuro da CESP e podem conduzir a resultados que diferem materialmente daqueles expressos em tais considerações futuras.

Agora gostaríamos de passar a palavra à Diretoria Executiva da CESP. Senhores, podem prosseguir.

**Wilson Nunes:**

Bom dia a todos. Sou o Gerente de RI da CESP. Muito obrigado por sua participação na teleconferência dos resultados da CESP de 2010. Informamos que se encontram à mesa o Dr. Mauro Arce, Presidente da CESP, o Dr. Vicente Okazaki, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, o Dr. Mituo Hirota, Diretor de Geração, e assessores.

Iniciamos nossa reunião informando que os demonstrativos financeiros apresentados nesta teleconferência refletem os resultados de 2010, consistentes com o processo de convergência às normais internacionais de contabilidade e IFRS, representados pelos



pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, CPC, aplicáveis a esta Companhia.

Desta forma, os saldos das demonstrações em 31 de dezembro de 2009 também estão em conformidade com o IFRS, para a comparação com os resultados em 31 de dezembro de 2010, exceto quando informado de outra forma.

Os efeitos mais relevantes em nossas demonstrações, provados pela adoção das novas normas contábeis, se referem ao imobilizado. Em cumprimento ao CPC 27, o imobilizado correspondente às usinas da Companhia foi valorizado a um custo de reposição em 1º de janeiro de 2009, de acordo com a planilha de orçamento da Eletrobrás. Para o cálculo da depreciação das usinas, foram utilizadas as taxas regulamentares da ANEEL.

O custo de reposição depreciado de cada usina foi testado pelo respectivo valor recuperável, teste de *impairment*, considerando o valor presente no fluxo de caixa, futuro e indenização, calculados até o final da concessão. Dada sua operação em conjunto, as usinas de Ilha Solteira e Três Irmãos foram consideradas como uma única unidade geradora de caixa. As usinas de Paraíbuna e Jaguari, que não foram valorizadas ao custo de reposição depreciado, tiveram seu custo atribuído em base ao seu valor recuperável.

Vamos agora passar para o slide dois, onde estão demonstradas as movimentações decorrentes da aplicação dos critérios citados. De acordo com o ICPC 10, o efeito líquido da adoção do custo atribuído das usinas promoveu um aumento de R\$3,5 bilhões no ativo imobilizado em 1º de janeiro de 2009, elevando seu valor para R\$18 bilhões. Em consequência, a despesa do ano com depreciação aumentou para R\$776 milhões, um acréscimo de R\$300 milhões em comparação com o cálculo em base ao custo histórico. Em 31 de dezembro de 2010, o imobilizado relativo às usinas registrava um valor de R\$16,3 bilhões.

Agora, indo para o slide três, vamos aos destaques operacionais e financeiros do ano de 2010, que detalharemos na sequência. A receita operacional líquida do exercício teve um incremento de 9,5% em relação ao período de 2009, totalizando R\$2,9 bilhões. O EBITDA ajustado evoluiu 5,8%, de R\$1,8 bilhão para R\$1,9 bilhão. A margem do EBITDA ajustado passou de 69,7% para 67,4%.

O lucro líquido do exercício recuou, de R\$479 milhões para R\$93 milhões. Os dividendos propostos para o exercício são de R\$239 milhões, ante os R\$145 milhões pagos em 2009.

Agora, indo para o slide quatro, que mostra a distribuição do faturamento da CESP nos três segmentos de comercialização de energia: ambiente de contratação regulada, ambiente de contratação livre e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, CCEE.

A maior participação coube ao ambiente de contratação regulada, cuja participação nas vendas totais aumentou para 61%, ante os 57% de 2009, devido ao início de fornecimento de contratos firmados anteriormente. O ambiente de contratação livre representou 35%, e a energia de curto prazo participou com 4%.



Passando para o slide cinco, apresentamos um aumento de 5% na quantidade de energia vendida em MW/h, cerca de 1,9 milhão de MW/h em comparação com o ano de 2009. O preço médio do MW/h evoluiu 4,6%, passando de R\$89,51 para R\$93,66 no ano de 2010, descontadas as vendas na CCEE. Crescimento decorrente de reajustes de preços contratuais e pelo início do atendimento de contratos firmados anteriormente, com melhores preços no ambiente de contratação regulada.

Indo para o slide seis, demonstramos que as receitas de fornecimento e suprimento de energia elétrica alcançaram R\$3,3 bilhões, 7,6% superiores a 2009, principalmente com o aumento da quantidade de energia vendida e dos preços de venda no ambiente de contratação regulada, que alcançou R\$2 bilhões.

A receita líquida no ano de 2010 registrou elevação de 9,5% em relação a 2009, totalizando R\$2,9 bilhões. As deduções da receita foram de R\$413 milhões no ano de 2010, com redução de 4% comparadas aos R\$431 milhões de 2009.

Agora passando para a lâmina seguinte, que ilustra o crescimento de 5,7% das despesas operacionais, que passaram de R\$786 milhões em 2009 para R\$831 milhões em 2010, e refletem aumento das despesas com serviços de terceiros, como o processo de georreferenciamento e o início do desenvolvimento do programa de monitoramento patrimonial nos reservatórios das usinas.

Houve em 2010 diversos ajustes nas contas de provisões para riscos legais; lembrando que, em 2009, as despesas totais foram menores, em boa parte por conta de decisão favorável à Companhia da ação do COFINS.

Indo para o slide oito, demonstramos a evolução de 5,8% do EBITDA, com leve recuo de 2,3 p.p. da margem, de 69,7% para 67,4%.

O slide nove ilustra a evolução da dívida da Companhia, segregando-a em moeda nacional e estrangeira. Nossa dívida foi reduzida de R\$5,3 bilhões ao final do ano de 2009 para R\$4,5 bilhões ao final do ano passado, sendo 63% denominados em moeda nacional e 37% em moeda estrangeira. O marcador dívida/EBITDA evoluiu de 2,8x em 2009 para 2,2x ao final de dezembro de 2010; lembrando que há cinco anos esse índice era de 8,1x.

Passando agora para o slide dez, encontramos a proposta de destinação de resultado. Os dividendos propostos são de R\$239 milhões, que correspondem a um aumento de 66% em relação aos R\$145 milhões distribuídos no ano passado, conforme decisão da AGO de abril do ano passado.

Passando para o slide 11, a tabela constante mostra alguns indicadores econômico-financeiros que podem complementar a análise dos números da CESP referentes ao ano de 2010.

Com isso, concluímos nossa apresentação. Agradecemos sua participação até aqui, e abrimos a reunião para a sessão de perguntas e respostas. Muito obrigado.



**Sérgio Tamashiro, Banco Safra:**

Bom dia a todos. Tenho duas perguntas. A primeira é como está a situação da renegociação dos contratos das concessões. Se você puder dar algum *update*, expectativas, quando deve ocorrer.

A segunda é com relação à recontração de energia. Anteriormente vocês davam um mapa de tudo, com preços médios, de como os contratos livres estavam sendo renegociados. Se vocês puderem dar uma situação, se vocês vêm continuando a assinar contratos, renovando os contratos que já foram vencendo, seja uma atualização de preços etc.

E depois, com relação à rolagem daquele *medium-term notes*, se ela vencia em fevereiro; como vocês fizeram? Obrigado.

**Wilson Nunes:**

A terceira pergunta o que era? Não entendi a terceira.

**Sérgio Tamashiro:**

Com relação ao *medium-term notes*, que vencia em fevereiro, de R\$300 milhões. Se vocês rolaram, pagaram, o que aconteceu?

**Mauro Arce:**

Com relação ao processo de concessão, primeiro esse processo de concessão não atinge exclusivamente a CESP, nem somente as geradoras. Existem, na mesma situação, algumas áreas de distribuição e de transmissão. Então, é um problema extremamente amplo e complexo.

Nessa fase, quando assumimos a nova diretoria, na nova gestão, estamos trabalhando, fizemos vários contatos com o poder concedente, que é o Governo Federal, o Ministério de Minas e Energia, a ANEEL, e depois também a EPE, para exatamente verificar o que estava acontecendo. Até porque foi constituído um grupo de trabalho lá atrás, em 2008, para estudar o assunto, mas é um grupo muito fechado com os agentes do poder concedente, essas três entidades que nós nos referimos anteriormente. Então, não sabemos exatamente como anda esse processo lá dentro.

Mas o mais importante é que há, hoje, um entendimento do poder concedente que o assunto concessões é prioritário e estão fazendo todo o esforço para caminhar e resolvê-lo até o final deste ano; vamos ver se isso será possível.

Com relação à segunda pergunta, que se refere à parte de recontração de energia etc., é um assunto complicado, porque alguns desses contratos estão terminando antes de 2015, mas não sabemos ainda, até que seja definido, como poderíamos negociar. Então, do ponto de vista de mercado, até o dia 7 de julho de 2015 podemos vender.





Além disso, vocês não de convir que é muito difícil fazer um contrato de tão curto prazo, porque esse tipo de consumidor que procura a CESP é um consumidor de mais longo prazo. Então, temos que aguardar essa situação, uma definição sobre os rumos que vai tomar o assunto concessão no Brasil inteiro, em todos os casos a que eu me referi, para poder depois ter uma base de negociação, se vamos negociar. Vamos aguardar exatamente essa definição.

**Sérgio Tamashiro:**

OK. Só fazendo o *follow-up* da primeira pergunta, você mencionou exatamente que não é um problema apenas da geradora da CESP, mas também de empresas de transmissão. Vocês têm feito esse contato com outras empresas, ou têm feito esse trabalho junto com o Governo, está sendo individual? Apenas a CESP, ou se pega junto com vocês transmissão paulista e coloca uma posição única?

**Mauro Arce:**

Nós estamos com os nossos parceiros que são os geradores, principalmente os geradores estaduais; aí tem basicamente a Copel, a Cemig e nós. Tivemos, inclusive, na última sexta-feira uma reunião para colocar o que cada um tem feito, é isso que eu aprendi deles, que cada um tem feito os mesmos contatos que nós fizemos e tem o mesmo retrato. E agora vamos, a partir dessa reunião que fizemos, montar as ações que vamos tomar, que são ações de todo tipo, que incluem a parte técnica, a parte comercial e até a parte política, porque esse assunto evidentemente termina de alguma forma afetando os aspectos legais, de leis e regulamentos que já estão em função no Brasil.

Evidentemente as empresas, outras que estão bem, no caso das geradoras, que seria o caso da Chesf, principalmente, e Furnas, elas evidentemente não participaram, apesar de terem sido convidadas, porque estão lá no grupo da Eletrobrás e do Governo Federal e provavelmente não querem ainda uma definição maior para este tipo de reunião.

**Sérgio Tamashiro:**

OK. E com relação ao vencimento da *medium-term notes*?

**Vicente Okazaki:**

Você lembra que este ano fechamos o balanço com R\$4,5 bilhões de dívida, e hoje posso dizer que fechamos em 37% moeda externa e 63% moeda nacional. Pode ser que em 31 de março minha dívida, vou falar até em USD, em 31 de dezembro, que era de quase US\$1 bilhão, em 31 de março estou com US\$791 milhões; ou seja, uma redução de quase US\$200 milhões.

Então, aquela dívida que pagamos na totalidade, praticamente hoje minha dívida externa é de 30%, e na moeda nacional, 70%.



**Mauro Arce:**

Isso sem considerar a nova taxa; se for hoje, já caiu mais, não é?

**Vicente Okazaki:**

Já, sem dúvida.

**Sérgio Tamashiro:**

Está certo. Obrigado.

**Marcio Prado, Santander:**

Bom dia a todos. Queria voltar para a primeira parte da apresentação, em que o Wilson falou sobre a implementação do IFRS, os impactos que isso teve no valor dos ativos da CESP. Acho que foi mencionado que foram usados alguns parâmetros como o retorno permitido pela ANEEL para poder chegar naquela reavaliação, praticamente de Jupia e Ilha Solteira.

Queria entender novamente por que o foco da reavaliação foi em Jupia e Ilha Solteira, e também se seria possível compartilhar conosco quais foram as premissas usadas a partir de 2015 em termos de preço para poder chegar a esse valor justo dos ativos para essas usinas. Obrigado.

**Vicente Okazaki:**

O critério que norteou essa avaliação do nosso ativo, não é que focamos praticamente em Jupia, mas logicamente Jupia e Ilha Solteira, que estão vencendo os contratos em 2015, e os critérios que nortearam a elaboração dessa avaliação. Como nós falamos, a ANEEL, falamos em ter uma depreciação, quer dizer, uma situação imposta pela ANEEL.

E em termos de preço, que você colocou, até 2015 praticamente já usamos os contratos já vigentes, os contratos atuais, e o critério utilizado neste sentido.

**Marcio Prado:**

Perfeito.

**Mauro Arce:**

Acrescentando, na realidade nós fizemos também de Porto Primavera. As únicas que tiveram critérios diferentes foram as duas usinas do Rio Paraíba; Jaguari e Paraibuna. No caso específico de Porto Primavera, em vez de ter um efeito positivo teve um efeito negativo, porque o critério é diferente, é valor de reposição. E o fato de Porto Primavera ter sido construído ao longo de mais de 20 anos e ter ainda uma série de investimentos que ainda estão sendo feitos na área de bacia, se você for pegar Porto Primavera e achar que é possível fazer em quatro, cinco anos, o valor de reposição hoje seria menor do que o valor que está contabilizado.



Então, no fundo, foi um equilíbrio entre usinas que estão há mais tempo em operação e Porto Primavera, que tem esse caso especial.

**Marcio Prado:**

Perfeito. Para depois de 2015 é possível compartilhar alguma premissa que vocês colocaram?

**Vicente Okazaki:**

Sim. A partir de 2015, por exemplo, o preço que colocamos a R\$130 MW/h o preço da energia.

**Marcio Prado:**

Mas inclusive das que vão ter concessão vencendo?

**Mauro Arce:**

Na realidade, primeiro fizemos uma análise dessas para verificar o final do período de 2015, o que acontece. E o preço que foi colocado na energia, inclusive partindo do pressuposto de que de alguma forma será renovado. Não sabemos qual será o critério da renovação; primeiro, se vai, nós acreditamos que sim, mas qual será o critério; se será onerosa, não-onerosa. Tem várias hipóteses possíveis, e essa discussão vai ocorrer a partir daqui.

**Vicente Okazaki:**

Só complementando a informação, queria dizer que nossa projeção foi até a data da concessão.

**Marcio Prado:**

Perfeito. Então, aquele valor justo do ativo reflete os fluxos de caixa até o vencimento da concessão atual, que é dia 7 de julho de 2015?

**Vicente Okazaki:**

Exato, em cada usina. Jupiá e Ilha Solteira, terminam em 2015, e por exemplo, Porto Primavera, 2028.

**Marcio Prado:**

Desculpa Vicente, só uma última pergunta para deixar claro. Quer dizer, se houver uma extensão das concessões, de repente tiver uma renovação de 2015 para frente, o valor do ativo poderia ser maior, dado que este teria fluxo de caixa ainda que deveriam ser considerados por valor justo do ativo? Só esta última pergunta.



**Vicente Okazaki:**

Sem dúvida será considerado. Está correto o seu raciocínio.

**Marcio Prado:**

Obrigado.

**Carolina Marcondes, Reuters:**

Bom dia a todos. Eu queria saber o seguinte, vocês falaram de uma reunião na sexta feira passada com Copel e Cesp para discutir a questão das concessões, eu queria saber se vocês podem detalhar mais o que foi discutido, quais ações que vocês podem tomar, se vocês podem detalhar melhor isso.

Eu queria saber se tem alguma negociação, alguma conversa com a Eletrobrás a respeito daquela possibilidade de que a Cesp fosse federalizada. Obrigada.

**Mauro Arce:**

Carolina, bom dia. Com relação à reunião lá na Copel, participaram, das empresas, nós da Cesp, a Copel e a Cemig e também agências, dos produtores independentes e até de auto-produtores, foram os organismos que participaram. Foi muito mais para fazermos uma apresentação, inclusive sobre as leis que regem o assunto, para que a partir daí pudessemos elencar providências, para que pudessemos participar um pouco mais ativamente do processo, porque até agora esse processo foi desenvolvido nesse grupo de trabalho, que é coordenado pelo secretário executivo do Ministério, que é o Dr. Marcio Zimmermann.

Então, foi exatamente para que igualássemos nosso conhecimento sobre o assunto, e, partir daí, montar um programa que é evidentemente, como eu falei inicialmente, da parte técnica, comercial e política também.

**Carolina Marcondes:**

Certo, e estão previstas outras reuniões com esse grupo?

**Mauro Arce:**

Está sendo preparado um relatório dos resultados, até porque nós trocamos ideias sobre vários aspectos, e a partir daí voltarmos a nos reunir sim.

**Carolina Marcondes:**

Certo. E a respeito da história da Eletrobrás?

**Mauro Arce:**





Bom, não existe nenhum assunto, nós não tratamos desse assunto. Talvez esse assunto tenha surgido por comparação com o que aconteceu com a Nossa Caixa, ou algo desse tipo. Mas na atual situação o nosso foco, e isso vale também não só para definir ou tomar uma decisão sobre a eventual troca de controle acionário, mas também em relação a investimentos.

Ele está consignado no nosso orçamento, em torno de R\$150 milhões, que está destinado a manutenção e atualização do nosso parque gerador, mas não tem nada previsto em relação a investimentos em outras fontes de energia, outras usinas, por esse fato; nós precisamos primeiro resolver esse assunto.

Então, tanto investimento quanto o destino da Empresa, o seu controle, dependerão das negociações e do resultado dessas negociações, que esperamos serem concluídas até o final deste ano.

**Carolina Marcondes:**

Certo. Só aproveitando, eu queria emendar uma pergunta. No ano passado a Cesp chegou a sinalizar a possibilidade de participar de leilões de geração de energia. Então, o que o senhor está dizendo é que pelo menos por enquanto isso não deve acontecer no curto prazo?

**Mauro Arce:**

Olha só, se for um leilão dentro do curto prazo e se tivermos energia disponível, não existe nada que possa impedir de fazermos. Mas eu diria que os nossos contratos, e nós verificamos que nossos contratos no mercado regulado são grandes e são preponderantes, e evidentemente vai haver agora, já acho que a partir de 2013, começa a ser descontratado.

É muito difícil negociar energia entre 2013; e não é final de 2015, é julho de 2015. Por isso a importância dessa ação que tem envolvido evidentemente não só a diretoria da Cesp, mas o próprio Governador e o nosso Secretário de Energia.

**Carolina Marcondes:**

Está certo. Muito obrigada.

**Wellington Bahnemann, Agência Estado:**

Bom dia a todos. Tenho três perguntas. A primeira pergunta seria mais uma atualização de vocês de como é que está o mercado livre hoje, tanto em termos de demandas quanto de preços, se vocês pudessem nos dar uma avaliação de como tem sido o mercado este ano.

A segunda pergunta seria em relação a dividendos, até tem um slide aqui que mostra a redução da dívida da Companhia ao longo dos últimos anos, para 2011 como é que vocês estão prevendo a questão de pagamento de dividendos, se vocês podem aumentar ou não a distribuição em função dessa situação financeira mais confortável.



O último ponto seria em relação à questão de repotenciação das usinas da Companhia, que no ano passado houve uma discussão neste sentido, o Ministério de Minas e Energia estaria trabalhando em uma proposta que viabilizaria investimentos neste sentido, e a CESP poderia aproveitar e aumentar a capacidade das usinas dela; se houve alguma atualização nessa discussão.

**Mauro Arce:**

Eu vou responder a segunda e a terceira, depois o nosso diretor de geração responderá a primeira.

**Wellington Bahnemann:**

OK.

**Mauro Arce:**

Eu vou começar de trás, da repotenciação das nossas usinas. Depende de remuneração. Nós temos espaço para fazer isso em Porto Primavera, temos a possibilidade de instalar quatro unidades, e mais três unidades em Três Irmãos, mas seriam usinas praticamente para atender a ponta, e é um estudo que tem que ser feito olhando o parque gerador total, inclusive com a energia que vem da Amazônia, por exemplo, que vem de uma longa distância e que talvez em algumas condições seria interessante ter uma usina aqui dentro do mercado que pudesse operar durante o período de pico, ou mesmo sazonalmente; se há um problema em uma linha de transmissão durante um mês, dois meses, poderíamos utilizar essas máquinas.

De qualquer forma, como eu falei, esse investimento está diretamente ligado à possibilidade de eu “vender” se remunerado pela colocação de máquinas para aumentar a capacidade de ponta do sistema.

**Wellington Bahnemann:**

Já foi apresentada alguma proposta, Presidente, neste sentido? O Ministério já apresentou para vocês e para os agentes?

**Mauro Arce:**

O assunto está sendo estudado, não só com relação à Cesp, mas outras empresas, mesmo empresas privadas, algumas das para quem nós vendemos têm locais para serem instaladas máquinas adicionais, e acho que fora de São Paulo também. Mas é um assunto que tem que ser visto desta forma, quer dizer, a partir do instante em que se mostre, olha esse assunto vai ser remunerado com X, então não é MW/h, é X Reais por MW, nós vamos estudar e verificar se esse aumento dá um retorno, uma taxa interna de retorno adequada para a Empresa.

A segunda pergunta como era? Desculpa.

**Wellington Bahnemann:**



A questão dos dividendos, já que vocês estão com uma situação financeira mais saudável, com o endividamento já em um nível mais baixo, se vocês podem ampliar a distribuição de dividendos para o exercício de 2011.

**Mauro Arce:**

Naquele número que foi apresentado, de 2010, já tínhamos pago R\$75 milhões de juros sobre capital próprio. Nós estamos terminando aqui o primeiro quadrimestre, vamos analisar a situação. Quer dizer, agora neste final de Abril temos uma situação mais forte em relação aos reservatórios, eu diria que os reservatórios estão muito bem, o principal deles que é o Ilha Solteira está em boas condições, e a partir daí nós vamos analisar junto ao Conselho de Administração e os resultados da Empresa, e verificar o que podemos falar sobre 2011.

**Wellington Bahnemann:**

Vocês têm alguma meta em termos de relação dívida líquida/EBITDA para 2011 que vocês querem alcançar?

**Mauro Arce:**

Então, é a mesma situação, uma coisa está ligada a outra. Ou seja, as duas saem da mesma análise que faremos agora a partir de maio e verificaremos o que pode ser feito. Evidentemente a política da Empresa é, a partir do instante, e até porque é interessante, antecipar juros sobre capital próprio, e como fizemos neste ano, apesar do resultado.

E ninguém perguntou mas eu vou falar, o resultado de 2009 foi muito influenciado por uma valorização do Real perante o USD, mais de R\$500 milhões que fizemos em 2009, daí o resultado, quando comparado com este ano, que ainda não houve mais, ao menos que agora mantenhamos esse cerca de R\$1,50 do USD, evidentemente deveremos ter um resultado semelhante no final do ano. Mas vamos ver como é que esse mercado vai se comportar.

**Mituo Hirota:**

Em relação ao preço para este ano, nós estamos em uma condição hidrológica atual muito boa. Este ano os reservatórios estão cheios, o nível do reservatório para este ano está melhor que o do ano passado. Os preços do PLD neste 1T foram muito baixos, em torno de R\$24 por MW/h, e a expectativa é que o preço mantenha isso até abril, e de maio para frente é que deve subir esse preço.

A expectativa é de que esse pico, tendo as condições hidrológicas tradicionais que temos, suba esse preço, essa é a expectativa para o mês de setembro ou outubro.

**Wellington Bahnemann:**

Agora, de que maneira e como o mercado livre tem reagido a isso? Vocês estão sentindo alguma pressão no preço? O preço está mais baixo, está mais alto?



**Mauro Arce:**

Não. De novo, eu acho que o mercado livre, as comercializadoras, ou mesmo as empresas que comercializam energia diretamente com consumidores, estão vendo e analisando, o final do mês de abril é fundamental para isso. Mas os reservatórios de modo geral estão bem, então vai ser um ano em que, e é claro que a partir do final de abril o preço tende a subir, hoje está em torno de...?

**Mituo Hirota:**

R\$24.

**Mauro Arce:**

R\$24, mas nada, nenhuma explosão é imaginada em função da própria situação dos reservatórios.

**Wellington Bahnemann:**

Está bem. Obrigado.

**Paula Sambo, Debtwire:**

Olá. Bom dia a todos. Na verdade eu tenho duas perguntas, a primeira mais de cunho financeiro, eu gostaria de saber se há espaço para a unificação das ações da CESP, CESP3, CESP5 e CESP6.

E a segunda é: em caso de uma possível renovação das concessões, eu gostaria de saber qual seria um patamar de preço sustentável para que a energia da CESP fosse vendida. Porque ouvimos muito que é possível que o Governo cobre da CESP que ela venda energia a um preço muito barato, talvez ao preço de Teles Pires. Eu gostaria de saber a visão de vocês acerca disso. Obrigada.

**Mauro Arce:**

Estava conferindo aqui, com relação à unificação de ações, não temos nenhum estudo e não estamos pensando no momento sobre esse assunto.

Com relação à forma como a concessão será prorrogada, eu coloquei inicialmente aqui que pode ser onerosa ou não-onerosa, evidentemente que se perguntar para nós, nós todos interessados, que inclui também as outras empresas de geração, transmissão e de distribuição, é uma prorrogação não-onerosa, mas esse assunto vai ser discutido.

Eu diria que o resultado da Empresa é muito ligado ao preço da energia, é preciso verificar exatamente, se for, por exemplo, onerosa, que tipo de ônus será imposto e aí só a partir de uma proposta que poderíamos fazer uma análise.





**Paula Sambo:**

OK. Obrigada.

**Marcelo Ganem, Oceana Investimentos:**

Eu tenho duas perguntas, a primeira em relação a provisões. Este ano vocês novamente fizeram um ajuste relevante em provisões que acabou impactando novamente o resultado da Empresa. Eu queria saber se agora a situação já está mais equacionada e o que podemos esperar para o ano de 2011 em termos de provisões.

E a minha segunda pergunta é em relação à questão societária da Empresa, se vocês avaliam que existe alguma forma alternativa do Governo de São Paulo vender a Empresa, que não através de um processo de privatização?

**Mauro Arce:**

Com relação às provisões, evidentemente elas foram adaptadas para o IFRS. Mas o importante aí eu acho, e acompanhando essa situação ao longo dos anos, é saber quanto estamos despendendo mesmo para o pagamento de ações liquidadas, e esse número é muito pequeno.

Mas, de qualquer forma, foi quase uma exigência de se fazer. E evidentemente esse valor das ações tem muito a ver com o que alguém propôs, e muitas vezes as ações são propostas com, eu diria na maioria das vezes, até com valores e argumentos para, de alguma forma, ser derrubado. Mas infelizmente temos que levar isso em conta.

Com relação à mudança do controle acionário da Empresa, nós, na atual gestão, não nos debruçamos sobre isso até porque qualquer ação nessa direção depende do resultado dessas negociações e desse processo técnico, comercial e político, que está começando agora e que esperamos que seja concluído até o final deste ano.

Alguém falou em federalização, e o fez comparando com o que aconteceu com a venda da Nossa Caixa para o Banco do Brasil, e aí havia um interesse recíproco, inclusive do Banco do Brasil, e o resultado foi rápido. Mas não existe, não discutimos esse assunto com ninguém. A primeira coisa, em um processo desse tipo, de federalização, você tem que se falar com os federais, e não falamos e nem abrimos nenhum diálogo nessa direção.

**Marcelo Ganem:**

Mas um processo dessa natureza, por exemplo, hoje você precisaria de uma mudança na lei estadual do PED, porque a Empresa está dentro do PED, não é?

**Mauro Arce:**

É, isso foi alguma coisa que foi colocada lá atrás, em 1996, eu acho que dependendo, uma vez definido esse processo de concessão, se houver uma decisão do Governo, que é o acionista controlador, alienar o controle acionário, esse assunto



evidentemente pode até passar por uma mudança da legislação estadual. E aí temos que discutir o assunto com a nossa Assembleia Legislativa de São Paulo.

**Marcelo Ganem:**

OK. Obrigado.

**Ana Flávia Rocha, Agência Leia:**

Bom dia. Eu queria, na verdade, um pouco mais de detalhamento, se possível, a respeito desse relatório que está sendo preparado junto com a Cemig e a Copel. Eu queria entender um pouco melhor, vocês falaram que estavam olhando a parte comercial, política e técnica; trata-se de um relatório de sugestão de como poderia ser feito esse processo de renovação das concessões?

E, além disso, só para complementar, o CAPEX de vocês programado para 2011, aquele referente à manutenção de usinas, qual é mesmo?

**Mauro Arce:**

OK. Com relação ao resultado dessa reunião, esse relatório é muito mais para colocar um roteiro, quais são as leis que regem, a começar da constituição, do artigo 175 da constituição federal, e leis de concessões que regem esse assunto, a parte técnica e a parte comercial, porque, como eu falei, os resultados da Empresa são muito sensíveis ao preço da energia. Verificamos com o aumento que tivemos agora no ano passado, conseguimos ter uma receita líquida bem maior.

Então, depende do tipo de ação será, por exemplo, se revolverem fazer “não, nós vamos prorrogar a concessão” ela pode ser sem ônus e com ônus. Dependendo do ônus, se for com ônus precisaria ser avaliada para ver qual seria o resultado da Empresa. Lembrar que 67% de toda a energia comercializada da Empresa está nessas duas, e em Três Irmãos de alguma forma, mas dentro desse complexo que chamamos de Complexo de Urubupungá.

**Ana Flávia Rocha:**

Mas aí o relatório já faz uma estimativa do que seria?

**Mauro Arce:**

Não, é um relatório dizendo muito mais “Olha, temos que focar isso, temos que fazer tais e tais ações”, que envolvem, e pode acontecer, dependendo do resultado, desse assunto ter que chegar ao Congresso Nacional.

**Ana Flávia Rocha:**

Certo. E sobre o CAPEX?

**Mauro Arce:**



Transcrição da Teleconferência  
Resultados de 2010  
11 de abril de 2011

O CAPEX, que são investimentos para manutenção e alguma coisa em relação à modernização, em torno de R\$150 milhões.

**Ana Flávia Rocha:**

R\$150 milhões?

**Mauro Arce:**

R\$150 milhões.

**Ana Flávia Rocha:**

Reais, não é?

**Mauro Arce:**

Reais.

**Ana Flávia Rocha:**

Certo. Obrigada.

**Operador:**

Encerramos neste momento a sessão de perguntas e respostas. Gostaria de passar a palavra à CESP para as considerações finais.

**Wilson Nunes:**

Agradecemos sua participação, e informamos que as demonstrações financeiras e o nosso *release* de resultados e outras informações sobre o ano de 2010 estão disponíveis em nosso *website* de Relações com Investidores, e a nossa equipe de RI está à sua disposição pelos meios de contato que constam do final da apresentação.

Muito obrigado a todos, e até a próxima.

**Operador:**

A teleconferência da CESP está encerrada. Gostaríamos de agradecer a participação de todos, e tenham um bom dia.

“Este documento é uma transcrição produzida pela MZ. A MZ faz o possível para garantir a qualidade (atual, precisa e completa) da transcrição. Entretanto, a MZ não se responsabiliza por eventuais falhas, já que o texto depende da qualidade do áudio e da clareza discursiva dos palestrantes. Portanto, a MZ não se responsabiliza por eventuais danos ou prejuízos que possam surgir com o uso, acesso, segurança, manutenção, distribuição e/ou transmissão desta transcrição. Este documento é uma transcrição simples e não reflete nenhuma opinião de investimento da MZ. Todo o conteúdo deste documento é de responsabilidade total e exclusiva da empresa que realizou o evento transcrito pela MZ. Por favor, consulte o *website* de Relações com Investidor (e/ou institucional) da respectiva companhia para mais condições e termos importantes e específicos relacionados ao uso desta transcrição.”